



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0009328-46.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **ANA CAROLINA KOVALSKI, CPF 408.583.958-60 - Desacompanhada de Advogado**
 Requerido: **CAROLINE FREIRE BASAGLIA - Desacompanhada de Advogado**

Aos 08 de março de 2017, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) da autora, Srª Clarinda e a da ré, Srª Maria. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, manifestaram-se as partes. A autora disse que não ensaiou nada com a testemunha por si arrolada. A motocicleta não é de propriedade da autora. Quem arcou com as despesas para conserto foi a Scarjet, proprietária. Quando entrou com a ação, a sua chefe, da Scarjet, é que falou para a autora ingressar em juízo se a culpa fosse da outra parte, e avisou que iria descontar do holerite da autora o valor respectivo. Posteriormente, foi demitida pela empregadora e constaram "outros descontos", na rescisão, de modo picado, sem individualizar que seria da motocicleta. Não sabe se o desconto é, efetivamente, da motocicleta. A ré disse que havia um caminhão de bombeiros. Todavia, o caminhão de bombeiros estava com a sirene ligada e atravessou o sinal vermelho, porque tem esse direito, ao contrário da autora, que não tem. Este processo é uma sucessão de mentiras. Eu sequer tenho filho e a autora diz que conversou com a minha filha. Não entrou com processo porque deixou de lado seus direitos, mas a ré é que é a vítima do fato. Pergunta a razão pela qual o próprio caminhão de bombeiros não foi à polícia militar e informou os fatos naquele momento, no sentido de que a ré estaria errada. A testemunha da autora falta com a verdade. Aliás, ninguém testemunhou os fatos à polícia militar. A ré estava nervosa no momento do acidente, em razão do fato, não de sua culpa. A sua testemunha não foi orientada. Não posicionou falsas memórias nela. Ao contrário da testemunha arrolada pela autora, que trouxe muita convicção, estranhamente, sobre o que ocorreu. A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *"VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Examinadas as alegações das partes e a prova apresentada nos autos, verifico que a propriedade da motocicleta é da Scarjet, de modo que o patrimônio da autora não foi afetado em razão do acidente. Diz a autora, ainda, que quem desembolsou o valor necessário para o conserto foi a Scarjet, não ela, autora. Por outro lado, também não há prova de que essa despesa foi repassada à autora por meio de desconto no holerite. A própria autora, como se vê acima, não sabe se isso ocorreu. Assim, a autora não comprovou os seus prejuízos, impondo-se a improcedência da ação. Julgo improcedente a ação. Deixo de condenar a autora em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Requerente(s):

Requerido(s):

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À
MARGEM DIREITA